



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

NOTA TÉCNICA 10.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -
IFAM

PROCESSO: 23443.000216/2023-66

LICITAÇÃO: Pregão nº 04.2023

OBJETO: Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

MATEUS LIMA

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 07 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

2. Da Análise

A empresa **A3 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 23.080.111/0001-50** apresentou sua proposta para o posto de recepcionista no dia 06/06/2023,

as 11:16 horas, no valor de R\$ 85.197,36, para o posto de recepcionista, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.549,89 (três mil, quinhentos e quarenta e nove e oitenta e nove centavos), valor mensal R\$ 7.099,78 (sete mil, oitenta e nove reais e setenta e oito centavos) e valor anual de R\$ 85.197,36 (oitenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais e trinta e seis centavos). Primeiramente, a planilha de custos apresenta distorções quanto ao fornecimento das informações, conforme item a seguir:

A planilha de custos apresentada possui poucos itens com divergência, ou ausência de valores, conforme detalhado a seguir:

Item “PLANO ODONTOLÓGICO”, não foi preenchido custo na proposta da licitante, embora conforme Cláusula Décima, parágrafo terceiro, foi estipulado pela CCT a participação de R\$ 15,00 (quinze) reais por empregado:

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que as empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho.

No tocante aos insumos, a empresa não apresentou custo para os materiais “Livro de Ocorrência”, “conjunto de Rádio comunicador walk talk 1” e valores irrisórios para os itens que compõem o fardamento, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - memória de cálculo do fardamento da licitante

UNIFORMES - RECEPCIONISTA							
Item	Descrição do Item	Quantidade	Medida	Valor unitário	Custo anual	Tempo de duração	Custo Mensal
1	Camisa social em tecido tricoline ou superior, de manga curta e emblema da empresa bordado no bolso superior (com ajustes)	4	und	R\$ 2,00	R\$ 8,00	12	R\$ 0,67
2	Calça social tipo esporte fino, em tecido microfibrilado ou tiwei, de boa qualidade com zíper.	4	und	R\$ 2,00	R\$ 8,00	12	R\$ 0,67
3	Cinto em couro reconstituído de 01 (uma) peça na cor preta sem costura, fivela de 4,0cm largura 5,8cm de comprimento, e metal com acabamento em níquel escovado, com garra regulável para ajustar o tamanho.	4	und	R\$ 1,00	R\$ 4,00	12	R\$ 0,33
4	Meias em algodão tipo soquete	4	par	R\$ 1,00	R\$ 4,00	12	R\$ 0,33
5	Sapato de boa qualidade meio alto, de couro 100% tipo scapin ou estilo boneca	2	und	R\$ 2,00	R\$ 4,00	12	R\$ 0,33
6	Crachá de identificação em plástico rígido, contendo logomarcas da empresa, foto, nome completo e cargo do funcionário	1	und	R\$ 1,00	R\$ 1,00	12	R\$ 0,08
					R\$ 29,00		R\$ 2,42

Fonte: proposta da licitante de 06/06/2023

Tabela 2 - Materiais para recepcionista

Item	Descrição do Item	Quantidade
1	Livro de Ocorrência	2

Tabela 3 - equipamentos para recepcionista

Item	Descrição do Item	Quantidade
1	Rádio comunicador walk talk 1 (conjunto)	1

Importante salientar que já possuímos contrato com empresas que apresentaram o mesmo tipo de proposta, contudo, diante das dificuldades de cumprimento do contrato, houve o desgaste dessa Administração nos processos de rescisão contratual, sanção administrativa e planejamento para nova contratação.

É importante observar que os quantitativos de Materiais e Utensílios solicitados pelo órgão licitante são estipulados após levantamento da demanda de consumo interno de sua (s) unidade (s), logo não podem ser alteradas deliberadamente pela empresa licitante, com o intuito de apresentar um custo de Proposta mais baixa que as concorrentes.

Diante dos itens de material e equipamento, da apresentação de valores irrisórios pela licitante, vejamos o que diz a legislação, conforme o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de

cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)

Diante do exposto, essa contadoria **solicita que o pregoeiro faça uso** das instruções previstas no anexo VII – A da IN 05/2017 quanto a realização de diligência para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas a, g e h do item 9.4, *in verbis*:

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;**
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;**
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;**
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta. (Grifo nosso)

Sendo assim, torna-se necessário que a empresa responda a diligência nos moldes que o item 9.4 da IN 05/2017 não se valendo em respostas de diligências anteriores, pois os parâmetros das concorrentes têm suas particularidades e estes podem não se aplicar a sua realidade.

Logo, embora a empresa opte por omitir os custos dos materiais solicitados no Termo de Referência do edital, ao realizar o dimensionamento de sua proposta, não extingue o proponente de arcar com o ônus de suas obrigações omissas, conscientes de que os valores não poderão ser incluídos posteriormente, além disso, conforme item 5.6.1.3 do termo de referência será fornecido “02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato,

devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

Além disso, a planilha de custo apresenta valores irrisórios para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 0,05%, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	R\$ 1,62
B	Lucro	R\$ 1,62

Fonte: Planilha da Licitante

Recepcionista			
Item	base de cálculo	percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ 3.239,58	0,05%	R\$ 1,62
Lucro	R\$ 3.241,20	0,05%	R\$ 1,62

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?
- Qual política de ganhos da empresa?

3. Conclusão

Embora a empresa tenha adotado a planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade do correto preenchimento da planilha Modelo. Além disso é importante deixar claro, que o valor da proposta da licitante deve ser o reflexo da composição dos Módulos da Planilha de Custos, o que não ocorre nessa proposta.

A proposta apresenta mais de um item com ausência de valor e item com percentuais irrisórios, ou custo unitário irrisório, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017, **itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**

Solicita-se a comissão de licitação realize a diligência nos moldes que o item 9.4 da IN 05/2017 e indicada no item 2 dessa nota, para os custos unitários com indícios de inexecutabilidade, além disso, orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a omissão de itens e percentuais com indícios de inexecutabilidade da Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição, recomendamos a empresa demonstrar essa diferença em relação ao lucro proposto.

Logo, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha e apresentação de justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

Atenciosamente,

Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo